

Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco

Plano de Trabalho

Comissão de Cultura

Tema: Financiamento à cultura em Minas Gerais: alcance e limites dos instrumentos para aplicação dos recursos e para execução do programa Descentra Cultura

— 2025-2026 —



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

Tema em Foco — Plano de trabalho

Plano de trabalho da Comissão de Cultura para fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, o tema “Financiamento à cultura em Minas Gerais: alcance e limites dos instrumentos para aplicação dos recursos e para execução do programa Descentra Cultura”, escolhido para o Tema em Foco 2025-2026

Comissão de Cultura:

Professor Cleiton, presidente;
Andréia de Jesus, vice-presidente;
Lohanna;
Mauro Tramonte;
Oscar Teixeira.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Endereço:
Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG
CEP: 30190-921

Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco

Comissão de Cultura

— Plano de Trabalho —

1) Tema escolhido: Financiamento à cultura em Minas Gerais: alcance e limites dos instrumentos para aplicação dos recursos e para execução do programa Descentra Cultura

2) Objetivo geral:

Monitorar e avaliar os mecanismos de financiamento à cultura em Minas Gerais, especialmente aqueles pertencentes ao Sistema de Financiamento à Cultura – Descentra Cultura Minas Gerais, previsto na Lei nº 24.462, de 2023.

3) Objetivos específicos:

I. Monitorar os mecanismos do Sistema de Financiamento à Cultura – Descentra Cultura Minas Gerais: recursos do Tesouro Estadual; Fundo Estadual de Cultura – FEC; e Incentivo Fiscal à Cultura – IFC.

II. Acompanhar a destinação de recursos transferidos da União para o fomento à cultura em Minas Gerais.

III. Avaliar se os mecanismos do Sistema de Financiamento à Cultura – Descentra Cultura Minas estão cumprindo os critérios de desconcentração, descentralização, democratização, desburocratização e transparência.

IV. Debater o futuro do financiamento da cultura no Estado, considerando a extinção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, promovida pela reforma tributária.

4) Resultados esperados e indicadores:

Relatório do tema objeto do *Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco* na comissão, com:

- compilação e análise de informações sobre os mecanismos de financiamento monitorados ao longo do biênio;
- compilação e análise de informações sobre a destinação de recursos transferidos da União para o fomento à cultura em Minas Gerais;

- registro das ações de fiscalização da ALMG (relato de audiências públicas, debates públicos e compilação das respostas aos eventuais requerimentos de pedido de providência e informação) relacionadas ao financiamento à cultura em Minas Gerais.

5) Cronograma de atividades:

ATIVIDADES - 2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Elaboração, apresentação e aprovação de plano de trabalho.					X							
Monitoramento e sistematização de informações, dados e indicadores sobre os mecanismos do Sistema de Financiamento à Cultura – Descentra Cultura Minas Gerais: Tesouro Estadual, Fundo Estadual de Cultura – FEC – e Incentivo Fiscal à Cultura – IFC									X			
Monitoramento e sistematização de informações, dados e indicadores sobre a destinação de recursos transferidos da União para o fomento à cultura em Minas Gerais									x			
Realização de audiências ou debates públicos sobre o tema				X	X	X	X	X	X	X	X	X

ATIVIDADES - 2026	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Balanço das atividades de monitoramento dos mecanismos do Sistema de Financiamento à Cultura – Descentra Cultura Minas Gerais e de acompanhamento da destinação de recursos transferidos da União para o fomento à cultura em Minas Gerais		X										
Realização de audiências ou debates públicos sobre o tema		X	X	X	X	X	X	X	X			
Elaboração e aprovação do relatório final											X	

Requerimentos para orientar o trabalho da comissão:

- Realização de audiência pública para debater no âmbito do programa Restaura Minas 2, destinado a ações de restauro em edificações mineiras, os critérios definidos para a escolha das edificações a serem beneficiadas, bem como a utilização, no referido programa, de recursos provenientes do Fundo Estadual de Cultura, além da participação do Conselho Estadual de Política Cultural em nível de discussão dessas iniciativas. **(RQC nº 12.693/2025, já aprovado)**
- Realização de audiência de convidados, para a qual seja convocado o secretário de Estado de Cultura e Turismo, para debater a destinação dos recursos do Fundo Estadual de Cultura, em 2025 e 2026, a disponibilização integral do saldo financeiro do referido fundo e a criação de uma

sistemática mais democrática e transparente para os editais de fomento. **(RQC nº 13.205/2025, já aprovado)**

- Encaminhamento ao secretário de Estado de Cultura e Turismo de pedido de informações acerca das iniciativas que estão sendo tomadas pela secretaria para o financiamento da cultura a partir da plena vigência da reforma tributária, que prevê a extinção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. **(RQC nº 13.209/2025, já aprovado)**
- Encaminhamento à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de pedido de providências para que seja criada uma nova sistemática de custeio para as ações de restauração do patrimônio cultural, que seja abrangente, democrática e que articule as etapas de identificação dos bens culturais em risco, a elaboração de projetos de restauração e a obtenção de recursos a serem investidos na restauração arquitetônica e de todos os elementos integrados, com a participação das comunidades interessadas. **(RQC nº 13.210/2025, já aprovado)**
- Encaminhamento, à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, de pedido de providências para que os recursos dos editais do Fundo Estadual de Cultura sejam destinados também às organizações da sociedade civil, como ocorria até 2019. **(RQC nº 13.211/2025, já aprovado)**
- Encaminhamento ao secretário de Estado de Cultura e Turismo de pedido de informações sobre os instrumentos de gestão que estão sendo adotados para: compatibilizar as exigências de acesso aos recursos do Fundo Estadual de Cultura com a finalidade de desconcentração e descentralização da aplicação desses recursos, considerando grupos populares, periféricos e tradicionais, inclusive os grupos culturais e comunidades atingidos pela mineração; a existência ou não de uma estratégia formal para democratização e desburocratização do formato dos editais do FEC nos termos do novo Marco Regulatório do Fomento à Cultura – Lei Federal nº 14.903, de 2024 –, e, não havendo, que sejam informadas razões. **(RQC nº 13.212/2025, já aprovado);**
- Encaminhamento ao secretário de Estado de Cultura e Turismo de pedido de informações sobre os programas e ações no âmbito do Estado que preveem investimento direto na salvaguarda e promoção do patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais, bem como da memória das lideranças, dos detentores dessa cultura e das comunidades em que se manifestam. **(RQC nº 13.213/2025, já aprovado)**
- Encaminhamento ao secretário de Estado de Fazenda de pedido de informações acerca da não disponibilização, até o momento, da totalidade do saldo acumulado do Fundo Estadual de Cultura para o fomento à cultura. **(RQC nº 13.214/2025, já aprovado)**
- Encaminhamento ao secretário de Estado de Cultura e Turismo de pedido de informações sobre o Fundo Estadual de Cultura – FEC – consubstanciadas em: cronograma de desembolso do FEC para 2025, discriminando-se os valores, considerando que a Lei de Diretrizes Orçamentárias excluiu da base de recursos contingenciáveis os valores aportados ao FEC, nos termos dos arts. 34 e 40 da Lei nº 24.462, de 2023; extrato completo do FEC, desde 2015, detalhando-se, anualmente, as 22 fontes que o compõem; razões para a não apresentação nem discussão, no âmbito do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais - Consec-MG -, da programação da destinação da totalidade do saldo acumulado do FEC, e os motivos de esse saldo não ter sido completamente disponibilizado; justificativas para a destinação de quase o total dos recursos do FEC, em 2025, para o Restaura

Minas 2, os critérios de escolha dos locais em que serão aplicados e as razões para que as demais áreas e segmentos culturais ficassem desassistidos. **(RQC nº 13.215/2025, já aprovado)**

- Realização de audiência pública para debater a destinação dos recursos do Fundo Estadual de Cultura – FEC – em 2025 e 2026, a disponibilização integral do saldo financeiro do referido fundo e a criação de uma sistemática mais democrática e transparente para os editais de fomento. **(RQC nº 13.205/2025, já aprovado)**
- Realização de audiência pública para debater um modelo democrático, transparente e simplificado para o fomento à cultura.
- Realização de audiência pública para debater o financiamento das ações de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural no Estado.
- Realização de audiência pública para debater a regulamentação, no Estado, do Marco Regulatório do Fomento à Cultura – Lei Federal nº 14.903, de 2024.
- Realização de debate público sobre o futuro do financiamento da cultura no Estado, considerando a extinção do ICMS promovida pela reforma tributária.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2025.

Professor Cleiton, presidente e relator.